

As contingências sociais e a impossibilidade da objetividade no jornalismo: uma leitura semiótica sobre a posição epistemológica de Gaye Tuchman¹

Carlos Magno Pinheiro BARRETO JÚNIOR²
Tarcísio de Sá CARDOSO³
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

RESUMO

Este trabalho realiza uma reflexão semiótica sobre a posição epistemológica de fundo da teoria do *newsmaking* de Gaye Tuchman. Tendo em vista analisar o fundamento antiobjetivista e perspectivista que se faz presente na teoria do *newsmaking*, propõe-se colocar tal posição em diálogo com a semiótica de Charles Peirce. Para tal, o texto se divide em duas partes. Na primeira parte, são apresentadas as teses defendidas por Tuchman, segundo as quais a dinâmica social de construção da notícia ao mesmo tempo caracteriza o jornalismo em suas práticas e relativiza sua pretensão à objetividade. Na segunda parte, é apresentada a teoria semiótica de Peirce em seus aspectos mais epistemológicos, evidenciando a lógica da tríade signo-objeto-interpretante e o papel que desempenham tanto a objetividade quanto a intersubjetividade para o crescimento das interpretações.

PALAVRAS-CHAVE: semiótica; *newsmaking*; Tuchman; Peirce; epistemologia;

Introdução

Questões relativas à possibilidade ou impossibilidade da objetividade no discurso do jornalismo vem sendo debatidas desde seus primórdios. Por um lado, temos uma posição comumente defendida pelos próprios jornalistas de que a notícia se refere a fatos, que tais fatos precisam ser apurados e que, portanto, a possibilidade de se conhecer a realidade está dada, pela própria atividade do jornalismo de refletir (daí a ideia de espelho) o fato de forma mais rigorosa e fiel possível. Esta posição expressa o

¹ Trabalho apresentado no GP Semiótica da Comunicação, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Graduando do Curso de Jornalismo da UFBA, membro do GPESC (Grupo de Pesquisa em Semiótica e Culturas da Comunicação), e-mail: magnocarlos3232@gmail.com.

³ Orientador do trabalho. Professor da Faculdade de Comunicação da UFBA, membro do GPESC (Grupo de Pesquisa em Semiótica e Culturas da Comunicação), e-mail: tcardoso@ufba.br.

que se conhece por dogmatismo, isto é, a atitude segundo a qual a possibilidade do conhecimento dos objetos por sujeitos é simplesmente pressuposta (HESSEN, 1980, p. 37). Esse dogmatismo geralmente é acometido por um realismo ingênuo, já que leva em consideração que a realidade é algo já dado, sendo evidente a possibilidade da razão humana apreender os objetos e refletir a realidade tal qual ela é. Tal posição historicamente tem servido a um certo tipo de justificação sobre o papel do jornalismo nas sociedades modernas. Segundo Wilson Gomes (2009, p. 10-11), o jornalismo assume o compromisso de formular seus argumentos com a pretensão de que sejam verdadeiros e de trabalhar para afastar o risco do engano e do erro:

O jornalismo contemporâneo é um sistema profissional que provê o mercado de informações de discursos (enunciados, argumentos, descrições e relatos) sobre a atualidade. Se você ganha a vida dizendo como, neste momento, a realidade é, antes de tudo se obriga a ser sincero quando faz tais relatos, descrições ou argumentações que os outros consomem, porque você os oferece garantindo que são verdadeiros; mas se obriga, ademais, a empenhar-se por todos os meios para que a verdade do que diz não seja apenas uma convicção subjetiva sua (GOMES, 2009, p. 11)

Por outro lado, Gaye Tuchman (1983; 2016a; 2016b) diz que essa pretensão de espelhar a realidade faz parte de um ritual estratégico e sugere que esse ritual protege os jornalistas dos riscos de sua profissão. No geral, a autora aponta para impossibilidade do jornalista de refletir o real, já que é um profissional envolto em uma teia de relações sociais que pressupõe a existência de múltiplos interesses, o que o distancia da possibilidade de apreensão do objeto tal qual é. O jornalista, além de ter seus próprios preconceitos, advindo de sua própria experiência no mundo, está imerso na estrutura das rotinas de produção de notícia que, por sua vez, existe em relação às demais instituições. Tudo isso leva a autora a defender que o jornalista só pode acessar os objetos através dessa teia de relações sociais, de pressupostos estabelecidos previamente, de modo que a objetividade pretendida pelo jornalismo é uma ilusão. Tal crítica é especialmente dirigida a uma tradição que insiste em falar que é possível apreender o objeto, esquecendo-se, como afirma Sérgio Gadini, de:

[...] questões cruciais ao entendimento do fenômeno jornalístico, tais como a problematização das relações com as fontes, a tematização, os critérios de noticiabilidade, as rotinas de produção e a multiplicidade de atores e discursos que configuram as condições de produção periodística. (GADINI, 2007, p. 79)

Dessa forma, o objetivo do presente artigo é explorar o problema da relativização da objetividade a partir da proposta epistemológica de Gaye Tuchman, que

talvez possa ser entendida como construtivista, em oposição à proposta realista e objetivista sobre o jornalismo. Dito de outra forma, este texto pretende abordar a tese de Tuchman sobre o modo como as contingências sociais geram a impossibilidade de uma objetividade no discurso jornalístico. Para tanto, recorreremos à apresentação da teoria do *newsmaking* de 1983 e a dois artigos em que Tuchman (2016a; 2016b) também trabalha com questões pertinentes sobre a impossibilidade da objetividade. Como ficará claro mais adiante, a ideia geral apresentada pela autora é que as coisas no mundo sempre estão referidas a um sujeito, o que faz o objeto ser sempre submetido à regulação da consciência, individual ou coletiva.

Em seguida, a partir de Wilson Gomes (2009) e da semiótica de Charles Sanders Peirce, tentaremos abordar o fato de que as restrições que são exercidas sobre o indivíduo não são suficientes para afirmar que a objetividade é um mito. É importante assinalar, desde já, a relevância da crítica de Tuchman e da teoria do *newsmaking* tanto para mostrar os limites do dogmatismo da teoria do espelho quanto para lançar luz sobre as rotinas produtivas do jornalista. No entanto, ao negar a ideia de objetividade por partir do pressuposto de que a única objetividade possível é aquela que apreende o objeto em sua totalidade, a teoria de Tuchman acaba por abrir mão do seu rigor argumentativo.

O estudo sobre a construção da realidade de Gaye Tuchman

No prólogo do livro “*La producción de la noticia*” a autora afirma que seu interesse geral era realizar um estudo sobre a notícia como construção social da realidade. Tal estudo se divide em três partes:

É um estudo das compulsões do trabalho informativo e dos recursos que os informantes podem ter. É um estudo de informantes como profissionais e de serviços de jornais e televisão como organizações complexas. E é um estudo de métodos de pesquisa: como os informantes determinam os fatos e enquadram os eventos e debates relevantes à nossa vida cívica compartilhada. (TUCHMAN, 1983, p. 9)

A seguir, focaremos na forma como Tuchman aborda as contingências sociais para negar a objetividade. O posicionamento defendido pela autora no livro é que as notícias enquadram a realidade de uma determinada forma, organizando-a de uma maneira peculiar e que não condiz, necessariamente, com o real em si mesmo. Isso implica no fato de o que conhecemos através da notícia depende de como a própria

notícia descreve esse algo que conhecemos, além de pressupor uma relação de determinação entre a forma de narrar e o que se pretende narrar. Há uma inversão do quadro esboçado pelas teorias do espelho. Enquanto nesta última o objeto determina a representação, que é capaz de refletir esse objeto em sua totalidade, o perspectivismo de Tuchman é tal que toma como referência máxima nesse processo os sujeitos em suas redes de complexidades.

A hierarquização, a escolha de um acontecimento como mais relevante que o outro, a acentuação de um aspecto do acontecimento em detrimento de outro, as decisões que implicam naquilo que vai ser notícia ou não, tudo isso é elencado pela autora para mostrar como a narrativa jornalística se configura a partir de aspectos que independem daquilo que se narra. Para Tuchman (1983, p. 16), a notícia é produto de jornalistas que atuam dentro de processos institucionais e em conformidade com esses processos. A autora estabelece também que a notícia é um produto que se dá em negociação com um público, o que torna a notícia um fenômeno intersubjetivo.

Isso implica pensar que o processo de produção da notícia já tem mais ou menos definido em acordo com seu público aquilo que será noticiado e o que não será. Inclusive, como mostra a autora, as empresas jornalísticas esquadrinham o espaço dispondo os jornalistas mais ou menos nos lugares onde se espera que surja uma pauta relevante. O jornalista organiza a faixa de acontecimentos que constituem os eventos em curso, selecionando e excluindo itens desses eventos. A seleção e a exclusão dependem de decisões do jornalista que, por sua vez, está imerso em uma estrutura organizacional da empresa onde trabalha e que, por fim, está imersa em uma estrutura social mais ampla. A decisão de excluir ou selecionar um aspecto ou outro dos eventos não se dá, portanto, a partir de características dos eventos noticiados, mas sim da forma como a percepção organiza o mundo. Contra o objetivismo das teorias do espelho, o que tal linha argumentativa defende é que os objetos não são dotados de uma estrutura própria, mas organizados e estruturados pela percepção (o que aproxima a abordagem do newsmaking com a do construtivismo). É a teia de significação social compartilhada entre os indivíduos que faz com que o jornalista fale da realidade de que fala de um modo e não de outro. Assim, é sempre possível imaginar argumentos e finais alternativos para a narrativa jornalística (TUCHMAN, 1983, p. 19).

O trabalho de informar transforma os eventos em acontecimentos informativos, se baseando em aspectos da vida cotidiana para narrar os fatos (TUCHMAN, 1983, p. 24). Esse ato de produzir notícias “nos apresenta a nós mesmos” (ibid.), porque as narrativas refletem muito mais nossa maneira de organizar e transformar o mundo social do que o mundo em si mesmo.

Nesta abordagem, as notícias não refletem a sociedade. Ajuda a constituir-lo como um fenômeno social compartilhado, pois no processo de descrição de um evento as notícias definem e moldam esse evento; assim, as histórias jornalísticas explicaram e construíram o período inicial do movimento feminista moderno como se fossem ridículos queimadores de sutiã. (TUCHMAN, 1983, p. 197-198)

É suposto, na lógica do *newsmaking*, que a elaboração da pauta, a seleção das fontes e o trabalho de apuração, redação e circulação da notícia são elementos determinantes da operação de produção informativa; e todo esse processo envolve escolhas pessoais do jornalista e direcionamentos político-editoriais e ideológicos (JUNIOR; ANTONIOLI, 2016, p. 44). Por isso, a notícia dá forma e define os eventos; os relatos jornalísticos, além de construírem os acontecimentos mais do que os espelhar de fato, funcionam como tipificações que limitam as peculiaridades dos acontecimentos (TUCHMAN, 1983, p. 226). Assim, a ideia de que o fato é um dado independente da subjetividade daquele que narra fica desacreditada.

Wilson Gomes (2009, p. 16) diz que a concepção que vê o fato como algo já dado possui vários motivos para que seja considerada ingênua, mas que um desses motivos é a questão do interesse. A ideia é que as representações das coisas deixam de refletir, por reflexo da ação do interesse, a realidade tal qual existe em si mesma, de modo que o

interesse seria uma espécie de vício epistemológico a ser extirpado tanto na ciência quanto na informação, na educação, na arte, enquanto seria o grande impedimento a que nós pudéssemos identificar, a qualquer momento, o sentido unívoco da realidade. O interesse impediria uma representação conveniente, de direito – porque fiel – do real (GOMES, 2009, p. 17)

Segundo o autor (2009, p. 21), esse tipo de pensamento é marcado pela ideia de que a “compreensão de um objeto, a completude da interpretação, é possível apenas enquanto o intérprete e o ‘texto’ (obra, fato...) pertencem-se reciprocamente”. Disso, conclui-se que há uma espécie de circularidade na interpretação, “decorrente, por sua vez, do fato de que apenas aquilo que é antecipado (o pré-conceito) pode ser

compreendido, enquanto que aquilo que é fixado como um totalmente-outro” (ibid.) permanece para nós como algo incompreensível na sua totalidade. Portanto, como mostra Gomes (ibid., p. 22), se a condição para o conhecimento objetivo é a distinção entre o cognoscente-narrador e o fato conhecido, a respeito do qual se fala, “a afirmação do interesse parece impossibilitar justamente a verdade, a correção e a objetividade do conhecimento e da notícia”.

Em mais de um trecho da obra de Tuchman fica evidente como elementos pré-concebidos influenciam o produto final do fazer jornalístico. A este respeito, Muniz Sodré afirma que:

notícia é mesmo o registro da realidade tal como esta aparece para determinadas exigências institucionais (Estado, empresa, família) de representação da continuidade social. É um esboço de narrativas que apresenta uma novidade (no influxo da atração cultural dos tempos modernos pelo novo), mas destinando-a à rápida absorção pelas estruturas de continuidade que regem a temporalidade cotidiana. Concilia, portanto, a repetitividade do cotidiano com a imprevisibilidade da mudança, típica das relações sociais modernas. (SODRÉ, 1996, p. 137)

Por isso Tuchman defende que as tipificações limitam as idiosincrasias dos acontecimentos. O processo interpretativo é sempre uma tentativa de traduzir o fato em termos daquilo que já é conhecido, adequando o acontecimento às exigências sociais e culturais do público, da empresa jornalística e do Estado. Aqui, a teoria do enquadramento é importante para o argumento da autora. Ela afirma que Goffman define o enquadramento como algo que é “constituído pelos princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles” (TUCHMAN, 2016b, p. 354). Esses *frames* organizam os acontecimentos do mundo cotidiano e “também podem governar a constante organização social dos próprios acontecimentos” (ibid.). Assim, “A notícia é uma janela para o mundo” (TUCHMAN, 1983, p. 13), que delinea esse mundo de determinada forma e no fim é um produto, resultado das necessidades de uma organização.

Como vimos acima, o interesse parece impossibilitar a objetividade. O fato em si mesmo é completamente incognoscível para nós. Sodré (1996, p. 140) defende que “Não é nenhuma causa filosófica ou política da verdade que impulsiona a notícia, mas a acomodação da ‘opinião pública’ (noção recente na História) a uma certa ordem de ‘verdades’ já estabelecidas, em função de um princípio social de conservação”. Assim como Tuchman, Sodré defende que a objetividade é uma noção estratégica, que serve

para suprir determinados interesses. A diferença entre os dois autores reside no fato de que enquanto Sodré parece partir de uma perspectiva mais macrossocial, dando ênfase no desenvolvimento do mercado e suas tendências universalistas como algo que contribuiu para um “esforço de neutralidade no que diz respeito ao registro dos eventos” (SODRÉ, 1996, p. 145), Tuchman enfatiza o modo como os jornalistas e organizações jornalísticas utilizam a noção de objetividade apenas para legitimar seu *status quo* na sociedade, bem como para se safar de possíveis críticas ou processos judiciais.

Por adotarem procedimentos para tentar mitigar certas pressões, como prazos, possíveis processos de difamação e as repressões antecipadas dos superiores, o jornalista pode passar a crer que seu trabalho é objetivo. Tuchman (2016a, p. 111) afirma que o jornalista só pode “reivindicar a objetividade citando procedimentos que seguiu e que exemplificam os atributos formais de uma notícia ou de um jornal”. Assim, “objetividade” passa a ser entendida como uma espécie de antecipação pragmática realizada pelo jornalista que, diante de contingências como tempo de produção e dos limites impostos pela hierarquia organizacional da empresa, antevê alguns limites para o seu trabalho e recorre a alguns procedimentos para torná-lo legítimo.

Tuchman apresenta quatro procedimentos estratégicos que supostamente levariam o jornalista a conseguir atingir a objetividade, são eles: a apresentação de possibilidades conflituais; a apresentação de provas auxiliares; o uso judicioso das aspas; e a estruturação da informação numa sequência apropriada. A conclusão que chega a autora sobre esses quatro procedimentos é a seguinte:

Embora esses procedimentos possam fornecer provas demonstráveis de uma tentativa de atingir a objetividade, não se pode dizer que a consigam alcançar. De fato, tem sido sugerido que esses procedimentos: 1) constituem um convite à percepção seletiva; 2) insistem erradamente na ideia de que ‘os fatos falam por si’; 3) são um instrumento de descrédito e um meio do jornalista fazer passar sua opinião; 4) são limitados pela política editorial de uma determinada organização jornalística; e 5) iludem o leitor ao sugerir que a ‘análise’ é convincente, ponderada ou definitiva. Em suma, existe uma clara discrepância entre os objetivos procurados e os alcançados (TUCHMAN, 2016a, p. 129-130)

A socióloga indica os limites de cada procedimento, mostrando a distância entre aquilo que se pretende e o que é de fato atingido pelo trabalho jornalístico. Assim, no conjunto dos textos aqui analisados, Tuchman defende a tese de que qualquer pretensão de objetividade é impossível. A resposta para a dúvida de qual método poderia diminuir a discrepância entre os objetivos procurados e os alcançados é que nenhum método é

capaz disso. Todo procedimento estaria, na concepção perspectivista de Tuchman, maculado pelo vício epistemológico do interesse.

Epistemologia semiótica de Charles S. Peirce

Vimos com Wilson Gomes (2009) que o interesse representa um impedimento, por parte do sujeito cognoscente, de acessar o objeto pretendido de nenhuma forma. O que parece impedir a possibilidade de objetividade para Tuchman é que “todo conhecimento é acompanhado por uma consciência não-objetivizante” (GOMES, 2009, p. 23). Desta forma, o conhecimento não pode ser orientado pela percepção do objeto; “a percepção e o conhecimento mesmo e todo o âmbito do co-presente fazem parte do objeto da percepção e do conhecimento” (ibid).

Na visão de Gomes, o problema dessa concepção é que, quando levada ao extremo, os fatos e objetos perdem qualquer poder de constrição sobre a percepção e o conhecimento. Este pensamento dissolve a ideia de verdade (verdade aqui como correspondência entre representação e objeto que lhe é exterior) na ideia de perspectiva “e entende o fato como texto ‘aberto’ à mercê de interpretações desobrigadas de prestar contas a um ‘sentido textual’ qualquer” (GOMES, 2009, p. 28). No entanto, defende Gomes, “os fatos devem poder reger os parâmetros de sua própria interpretação” (ibid.).

Se aceitarmos a premissa de que os fatos são abertos e estão a mercê de interpretações desobrigadas, não há como negar a perda de toda dimensão crítica e não teríamos “mais critérios para distinguir entre interpretação e uso, entre a má-fé tornada notícia e a tentativa honesta de narrar os fatos, entre uma boa e uma má interpretação de eventos” (GOMES, 2009, p. 49).

Seguindo a linha argumentativa apresentada por Gomes (2009, p. 28), procuramos, a seguir, considerar a questão da perspectiva sem perder de vista a busca pela objetividade. A partir da epistemologia semiótica de Peirce é possível encontrar um meio termo entre duas visões radicais: uma que credita aos sujeitos todo o mérito do conhecimento, de modo a reduzir o papel dos objetos a produto das cadeias de interpretações e construções pelo conjunto de atores de um social constituído de interesses (construtivismo social); e aquela que reduz o papel do sujeito a de um mero receptor, trazendo à tona a ideia de que no processo interpretativo a consciência é totalmente dependente do objeto, devendo, isto sim, espelhá-lo fielmente (realismo

ingênuo). Argumentamos que para Peirce existem dois elementos que não podem ser perdidos de vista: a *objetividade* e a *intersubjetividade*.⁴

A semiótica peirceana traz na definição de signo a relação entre real e representação, ou melhor, entre objeto a ser representado e objeto tal qual o signo representa. Uma das diversas definições dadas para signo por Peirce é a seguinte:

[um signo] é qualquer coisa que determina qualquer outra coisa (seu interpretante) a se referir a um objeto ao qual ele próprio se refere (seu objeto) do mesmo modo, o interpretante se tornando por sua vez um signo, e assim por diante, *ad infinitum* (CP 2.303⁵).

Segundo Borges e Franco (2015, p. 77), “[...] o processo semiótico revela um ponto de ancoragem para a realidade, principalmente através da ideia de Objeto [...]”. As autoras dizem que as discussões sobre realismo em Peirce têm buscado com frequência na semiótica, principalmente no desenvolvimento dos conceitos de objeto imediato e dinâmico, “argumentos para defender um tipo peculiar de realidade desenvolvido por Peirce” (BORGES; FRANCO, 2015, p. 78).

Concebida como ciência geral das representações, as condições para a transmissão do significado são dadas pelos elementos que compõe a tríade sêmica - signo, objeto e interpretante:

Esses três elementos são necessários para a definição mais simples de signo em Peirce que afirma que o signo serve para transmitir conhecimento sobre alguma outra coisa que ele substitui, da qual ele está no lugar e que, portanto, ele representa (BORGES; FRANCO, 2015, p. 78).

Essa coisa que o signo substitui é chamado de objeto do signo e a ideia que o signo excita na mente, que é um signo mental do mesmo objeto, é chamado de

⁴ A “objetividade” de que falamos pode ser melhor entendida pelos fenômenos de secundidade que atuam nas próprias redes que constituem os fenômenos de terceiridade, já que na mediação por signos, não é o interpretante que determina o objeto, mas o objeto é quem determina o signo e o interpretante, sendo a semiose triádica sustentada na díada, e estando o vetor de determinação a operar um “constranger” das interpretações triádicas tanto do interpretante quanto do signo pelo objeto. Já a “intersubjetividade” de que falamos pode ser melhor entendida pelos fenômenos de crescimento que caracterizam a terceiridade, cujo caráter de fazer emergir signos e ideias mais complexas sobre o mesmo objeto serve de fundamento para que se possa falar de um “aumento de compreensão” sobre a interpretação que compartilhamos do objeto, já que tal interpretação circulada na esfera pública do social, passa a compor uma rede mais ampla de inteligibilidade.

⁵ CP se refere ao *The Collected Papers*. O primeiro número se refere ao volume, o segundo, depois do ponto, ao número do parágrafo.

interpretante do signo (EP⁶ 2:13). As autoras citam uma outra passagem da obra de Peirce em que existe uma outra força de determinação que coloca o objeto em uma posição ativa. Trata-se da seguinte passagem:

Como um *medium*, o Signo está essencialmente em uma relação triádica, com seu Objeto que o determina e com seu Interpretante que ele determina. Em sua relação com o objeto, o signo é passivo; isto é, sua correspondência com o Objeto é provocada por um efeito no Signo, permanecendo o Objeto inalterado. Por outro lado, em sua relação com o Interpretante, o Signo é ativo, determinando o interpretante sem ser ele próprio afetado (EP 2:544).

Nessa relação de passividade do signo para com o objeto, o objeto provoca um efeito no signo e essa relação de correspondência do signo para com o objeto em nada altera o próprio objeto. O real, para Peirce (CP 8. 7-38), é aquilo que é independente de uma mente particular, de modo que o objeto exterior permanece inalterado pela interpretação que uma pessoa possa ter a seu respeito. Borges e Franco (2015, p. 79) afirmam que essa relação de algo externo que afeta o pensamento (ou signo) e que não é afetado pelo signo passa a ser explicitada nas definições de signo em geral, e não somente no signo indicial⁷, a partir de 1903 na obra de Peirce. A divisão entre objeto imediato e dinâmico é uma preocupação de Peirce em deixar mais clara a relação de determinação que não era muito explorada nas definições iniciais da semiótica (BORGES; FRANCO, 2015, p. 79).

Peirce define objeto imediato do signo como o objeto representado pelo signo e o objeto dinâmico como o objeto que é independente do modo como pensamos sobre ele (ibid., p. 79-80). Peirce diz:

Mas resta ressaltar que geralmente existem dois objetos e mais de dois interpretantes. Nomeadamente, temos que distinguir o Objeto Imediato, que é o Objeto como o próprio Signo o representa, e cujo Ser é, portanto, dependente da Representação dele no Signo, do Objeto Dinâmico, que é a Realidade que de algum modo determina o signo para sua representação (CP 4.536).

⁶ EP se refere ao Essencial Peirce vols. 1 e 2. O primeiro número se refere ao volume, o segundo, depois dos dois pontos, ao número da página.

⁷ Sobre os índices, Peirce diz que é um signo “que se refere ao seu objeto não tanto por causa de qualquer semelhança ou analogia com ele, nem porque está associado a caracteres gerais que esse objeto possui, mas porque está em conexão dinâmica (incluindo espacial) com o objeto individual, por um lado, e com os sentidos ou a memória da pessoa para quem serve como sinal, por outro” (CP 2.305).

É nesse sentido que Carl Hausman (2006, p. 232) afirma que a interpretação ocorre em relação a um referente. Se o objeto dinâmico determina o signo (pensamento) e, como vimos, não é afetado pelo modo como o signo o representa, podemos dizer que a interpretação é referencial. Para Hausman (2006, p. 232), Peirce apresenta uma maneira de mediar duas visões sobre o processo interpretativo: a primeira que prega um isolamento conceitual e linguístico, uma visão que reivindica que a interpretação cria seu referente e outra que advoga por um realismo extremo, em que as restrições externas à mente têm a palavra final na interpretação. O autor afirma que Peirce reconhece os dois processos: o aspecto criativo e a resistência externa.

Minha leitura sobre a visão de Peirce propõe que, embora o contexto e os hábitos anteriores afetem a interpretação, há também uma condição indeterminada, que, em alguns aspectos, é independente do pensamento, de modo que restringe e, portanto, limita a hegemonia da interpretação sobre o objeto (HAUSMAN, 2006, p. 232)

Então, assim como Borges e Franco (2015), Hausman (2006) defende que o objeto dinâmico funciona como um determinante do signo, embora não deixe de lado que pressuposições prévias e experiências passadas influenciem no processo interpretativo. Dessa forma, teríamos a influência externa, do objeto dinâmico que determina o signo, e interna, de pressuposições e experiências anteriores. Tudo isso leva ao objeto imediato, produto do processo interpretativo (HAUSMAN, 2006, p. 234).

Toda notícia, por conseguinte, é produto de um processo interpretativo que concilia influências internas (como os processos de antecipação e de memória) e a influências externas (dadas pela independência do objeto dinâmico).

A consequência epistemológica que se extrai disso é que, apesar de termos contato direto, físico com o mundo exterior, não há acesso cognitivo sem mediação - e isso começa na percepção. Mesmo nos processos perceptivos mais rudimentares, quando nossa reação ao percepto fica no nível de uma simples ação reflexa, essa ação funciona como um quase-signo, pois se trata aí de uma forma muito frágil de predicação. (SANTAELLA, 2008, p. 99)

Concordando com a leitura de Hausman, segundo a qual é através do processo de mediação que a realidade se manifesta, Santaella (2008, p. 100) defende que Peirce considera a semiose, ou ação do signo, como o processo pelo qual o objeto dinâmico se revela, mesmo que esse processo de revelação não passe de um ideal ou esperança ainda não atingida. Essa revelação, que ocorre no interpretante final é “um limite idealmente pensável, mas nunca inteiramente atingível”, já que o objeto não pode ser exaurido por

nenhuma interpretação (SANTAELLA, 2008, p. 101) e pelo fato do conhecimento do homem ser falível. No entanto, a autora nos apresenta um ponto importante do pensamento peirceano que é a tendência à autocorreção da semiose, algo que permite a correção de possíveis erros que podem prevalecer em determinados períodos. A autora afirma que:

É claro que a natureza coletiva do interpretante depende de sua atualização em interpretantes particulares. Contudo, o particular é inescapavelmente falível. Só o desenrolar histórico contínuo dos interpretantes pode permitir que falhas interpretativas sejam, até certo ponto, superadas. O potencial para isso inere à tendência autocorretiva e auto-regulativa da semiose, pois, por mais que interpretações fantasiosas possam prevalecer durante algum tempo, a semiose, cedo ou tarde, tende a se autocorrigir porque o objeto do signo (a realidade) insiste. Disso se infere a importância do papel desempenhado pela determinação do signo pelo objeto. Ao mesmo tempo em que a semiose interpretativa incorpora a diversidade de opiniões e a pluralidade de perspectivas, o objeto, fonte da semiose, insiste na sua determinação. Nesse caráter da semiose, encontram-se o princípio do realismo científico de Peirce; semiose entendida como equivalente a continuidade, inteligência, aprendizagem, crescimento e vida (SANTAELLA, 2008, p. 104)

Encontramos nessa citação dois aspectos cruciais da epistemologia peirceana, a saber: a insistência da realidade (objeto), que independe de interpretações particulares; e a ideia de comunidade cognitiva. O pluralismo e a diversidade de interpretações possíveis sobre um objeto qualquer são aspectos fundamentais da semiose, e é no âmbito da comunidade que as tendências particularistas do pensamento podem ser complexificadas, debatidas e aprimoradas. Por outro lado, a insistência do objeto dinâmico é o elemento que torna possível o falibilismo, é o que torna possível fazer correções nas interpretações sobre o objeto. Acreditamos ser nesse sentido que Ivo Ibri (2006, p. 251) afirma que a semiótica precisa vazar-se dos limites do universo sógnico intersubjetivo, recolhendo significados e “as formas gerais sob as quais aqueles objetos também se tornam matérias de experiência”, de modo a reconhecer na alteridade um elemento balizador das interpretações.

Ou seja, na epistemologia peirceana tanto a objetividade quanto a intersubjetividade são importantes no processo de conhecimento. Peirce, desse modo, parece conciliar em uma mesma proposta epistemológica objetividade e perspectivismo, já que fundamenta o conhecimento não em um dos polos do par Sujeito-Objeto, mas na relação entre signo, objeto e mente.

Algo que deve ser salientado é que na epistemologia peirceana não há espaço para “objetos em si” ou objetos incognoscíveis, pois tal ideia, além de expressar uma

contradição lógica, acaba por se constituir como um dogma que “bloqueia o caminho da investigação” (CP 1.135), que coloca um limite intransponível para o pensamento. Talvez por concordar com este ponto do argumento peirceano, Gomes (2009, p. 57) defende que “[uma] coisa em si incognoscível só é possível através de um defeito argumentativo, que aplica à ‘ordem absoluta’ as propriedades da ‘ordem do conhecimento’”.

Dessa maneira, a própria divisão kantiana entre coisa em si (que existe, mas não pode ser conhecida) e coisa para mim (objeto na relação para com o sujeito cognoscente) seria um contrassenso epistemológico.

[...] possibilidade de refutar ao mesmo tempo um perspectivismo idealista, cético e/ou relativista sem que se precise optar pelo dogmatismo ou realismo ingênuo. De fato, a coisa mesma, tarefa e meta do conhecimento, é atingida no ato de conhecer, é ela mesma e não outra coisa que deve ser conhecida; num processo de conhecimento realizado a coisa mesma é conhecida. Por outro lado, esta coisa mesma, que é meta do conhecimento, não é uma qualquer criação da experiência (GOMES, 2009, p. 57).

Uma epistemologia peirceana aplicada às teorias do jornalismo defenderia que no processo de interpretação, mesmo com as contingências impostas pelo processo de produção das notícias, a objetividade convive (em tensão) com a perspectiva dos sujeitos articulados no social. Inclusive, é nessa relação de tensão que o real aparece. O real desponta aí do contato do fluxo da cognição com o erro. Apesar de todo erro ser da natureza de uma cognição, ele só existe no confronto entre a representação e algo que lhe é exterior e que é capaz de objetar (objeto) (HERDY, 2011, p. 62). Nesse sentido, a verdade “será aquela cognição sustentada no longo curso da investigação da comunidade, pois os erros individuais serão eventualmente compensados [...]” (ibid.). Peirceanamente falando, portanto, só é possível falar de boa ou má apuração dos fatos ou de uma notícia que seja mais fiel aos acontecimentos do que outras se há algo que possamos usar como referência para tal, e se há um intervalo suficiente para fazer surgir um efeito de convergência das opiniões temporalmente corrigidas.

Não se pretendeu negar aqui a importância do pensamento de Tuchman para as teorias do jornalismo, nem o fato do jornalismo organizar o mundo social a partir das narrativas noticiosas, dos sucessivos enquadramentos que se faz dos acontecimentos. O que se mostrou aqui é que é possível considerar essa perspectiva correta sem, no entanto, negar qualquer possibilidade de objetividade. A teoria do *newsmaking* nos ensina que é impossível espelhar a realidade tal qual ela é, como preconizava as teorias

do espelho; no entanto, a epistemologia semiótica de Peirce evidenciou que a própria oposição entre “construção do objeto real” e “objeto real em si” é uma oposição ingênua, já que tanto uma ideia quanto a outra são epistemologicamente criticáveis (uma por não permitir o “erro” nas interpretações, e outra por assumir dogmaticamente um “real lá fora” que não pode ser conhecido).

Considerações finais

Como vimos na primeira seção, o principal elemento que leva Gaye Tuchman a negar a possibilidade da objetividade são as contingências sociais impostas ao fazer jornalístico. Tempo de apuração, questões envolvendo a distância entre o jornalista e o lugar onde ocorreu o fato, seleção e avaliação daquilo que deve ser noticiado e de como deve ser noticiado e a estrutura político-editorial das organizações onde esse profissional trabalha são alguns dos elementos que impedem o jornalista de ser objetivo.

No entanto, ao negar a objetividade fomos levados a uma perda “da unidade de mensuração” (GOMES, 2009, p. 44). A tese de Tuchman advoga em prol da negação da própria ideia de realidade independente, não criada, e parece fazer com que haja no pensamento de Tuchman a “perda da instância capaz de mensuração; trata-se da desqualificação do avaliador e juiz” (ibid.). Fica desqualificado, portanto, qualquer possibilidade de objetividade no jornalismo.

De forma bastante diferente, a teoria semiótica de Peirce nos dá elementos para uma epistemologia capaz de restaurar a relação entre perspectiva e de objetividade. Vimos que, no processo interpretativo que constitui a semiose, a intersubjetividade pode conviver com a objetividade, abrindo espaço, dessa forma, tanto para o objeto dinâmico, independente do sujeito cognoscitivo particular, quanto para o produto da interpretação intersubjetiva dos signos. De fato, em todo processo interpretativo, mesmo no nível particular, há elementos subjetivos, memória, hábitos anteriores, pressuposições, mas a insistência do objeto dinâmico possibilita que o intérprete corrija as representações e amplie seu conhecimento sobre o objeto. Assim, em alguma medida, os fatos podem “reger os parâmetros da sua própria interpretação” (GOMES, 2009, p. 28).

Isso não significa dizer que só uma narrativa é possível para um determinado fato. Geralmente os jornalistas voltam sua atenção para muitos fatos complexos e que são passíveis de inúmeras interpretações. A pluralidade de narrativas e a disputa no

terreno do social não são opostas à objetividade peirceana, ao contrário, o pluralismo na comunidade de sentido se associa à possibilidade de correção, permitindo às semioses inclusive se desvencilhar das tendências particularistas do pensamento e ampliar a possibilidade de conhecer. Nesse sentido, quanto mais plural a cobertura jornalística sobre determinado acontecimento, melhor será em termos a possibilidade de cobertura das interpretações em relação aos fatos e mais complexa será o crescimento da semiose.

REFERÊNCIAS

- FRANCO, J. R.; BORGES, P. M. O real na filosofia de C. S. Peirce. *Teccogs: Revista Digital de Tecnologias Cognitivas, TIDD | PUC-SP*, São Paulo, n. 12, p. 66-91, jul-dez. 2015.
- GADINI, S. L. Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo: a notícia entre uma forma singular de conhecimento e um mecanismo de construção social da realidade. *Revista FAMECOS: Mídia, Cultura e Tecnologia*, 33, 79–88. 2007.
- GOMES, W. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009.
- HAUSMAN, C. R. Peirce's Semeiotic Applied to Perception – The Role of Dynamic Objects and Percepts in Perceptual Interpretation. *Cognitio*, São Paulo, v. 7, n. 2, 231–246. 2006.
- HERDY, R. Da comunidade à realidade? Desfazendo equívocos sobre Peirce. *Estudos Hum(e)anos*, Rio de Janeiro, n. 3, p.57-70, 2011.
- HESSEN, J. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- IBRI, I. A. Pragmatismo e Realismo: A Semiótica como Transgressão da Linguagem. *Cognitio*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 247-259, 2006.
- PEIRCE, C. S. **The Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. Eletronic ed. cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1978. [CP]
- PEIRCE, C. S. **The essential Peirce**: selected philosophical writings. v. 1 e v. ed. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1998. [EP]
- SANTAELLA, L. Epistemologia Semiótica. *Cognitio*, São Paulo, v. 9, n. 1, p.93-110, 2008.
- SODRÉ, M. **Reinventando a cultura**: a comunicação e seus produtos. Petrópolis, Rj: Vozes, 1996.
- TUCHMAN, G. **La producción de la noticia**: estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 1983.
- _____. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, N (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". Florianópolis: Insular, 2016. p. 111-131.
- _____. Contando "estórias". In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". Florianópolis: Insular, 2016. p. 353-358.